

**Examinando a influência da *ASOBAT* e *APB-4* na estrutura conceitual do setor público  
do IPSASB**

**Paulo Sérgio Almeida-Santos**

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

[paulo.santos@ufmt.br](mailto:paulo.santos@ufmt.br)

**Josimar Pires da Silva**

Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

[josimarnx@yahoo.com.br](mailto:josimarnx@yahoo.com.br)

## Examinando a influência da *ASOBAT* e *APB-4* na estrutura conceitual do setor público do IPSASB

### RESUMO

**Objetivo:** Este artigo examina o discurso teórico da estrutura conceitual da contabilidade aplicada às entidades do setor público à luz das contribuições fornecidas pela *ASOBAT* (AAA, 1966) e *APB-4* (AICPA, 1970).

**Abordagem teórica:** Esta pesquisa caracteriza-se como histórica, com um a releitura de documentos sob a lente da nova história da contabilidade, de modo a fornecer uma base reflexiva sobre a influência da *ASOBAT* e *APB-4* na estrutura conceitual do setor público do IPSASB.

**Resultados:** Por meio da análise do discurso do *Conceptual Framework* do IPSASB (2014), notou-se que o teor dos arcabouços teóricos tanto da *ASOBAT* quanto da *APB-4*, em grande medida estão refletidos no documento do IPSASB.

**Originalidade/relevância:** A contabilidade financeira tem sido frequentemente uma referência para a avaliação da contabilidade aplicada ao setor público, em que estudos seminais tais como *ASOBAT* e *APB-4* são de rico conteúdos conceituais que constituem uma base para uma possível fundamentação de uma única teoria contábil.

**Contribuições teóricas/metodológicas:** A contabilidade financeira tem sido uma referência para o desenvolvimento da contabilidade pública, sobretudo, quando existe uma visão de um Estado mínimo, *i.e.*, atuação mais ampla do mercado no provimento de bens e serviços à sociedade, principalmente, sob a égide da *New Public Management*. Bem como, é oportuno considerar o empenho dos normatizadores em caminhar rumo a uma única teoria da contabilidade; desejo este outrora externalizado por meio da *ASOBAT* e *APB-4*.

**Palavras-chave:** *conceptual framework*, teoria da contabilidade, AAA e *ASOBAT*, AICPA e *APB-4*, IPSASB e IPSAS, normas e padrões, convergência e normatização contábil, setor público.

### 1 INTRODUÇÃO

Notadamente, em países desenvolvidos, a contabilidade governamental é considerada um aspecto inerente à atuação eficiente da gestão pública local. Nestes países, *viz.*, Austrália, Canadá, E.U.A., Reino Unido, Nova Zelândia etc., a contabilidade além de ser uma ferramenta essencial para a modernização da gestão financeira do governo, é também

considerada um instrumento eficaz, *e.g.*, contra o desperdício de recursos e a corrupção (Torres, 2004).

Naqueles países, algo em comum, além do ambiente jurídico anglo-saxão, é a visão ou abordagem administrativa da máquina pública tendo como referência modelos de gestão amplamente desenvolvidos *a priori* no setor privado, *e.g.*, *New Public Management (NPM)*, abordagem está voltada à maximização da eficiência dos resultados, e, principalmente, a favor de um Estado mínimo, *i.e.*, atuação ampla do mercado no provimento de bens e serviços à sociedade. Nesta perspectiva da *NPM*, sob o ambiente do avanço do capitalismo (globalização), a contabilidade do setor público, tem um papel importante a fim de fornecer informações úteis aos tomadores de decisão (*e.g.*, Christiaens, Reyniers, Rollé, 2010; Bolívar & Galera, 2012; Brusca, Montesinos, Chow, 2013; Laswad & Redmayne, 2015; Bolívar & Galera, 2015, etc.). Portanto, as práticas contábeis adotadas pelas entidades de negócios (empresas com fins lucrativos) também são uma referência para o setor público na tentativa de também maximizar a eficiência dos seus resultados; e fundamentalmente estimular a adoção do regime de competência e a consolidação dos relatórios financeiros pelas entidades governamentais (*e.g.*, Chan, 2003).

A contabilidade governamental notoriamente antecede a contabilidade das entidades não governamentais, *i.e.*, a contabilidade empresarial (*e.g.*, Figlewicz, Anderson, Strupeck, 1985). Não obstante, as principais contribuições teóricas para o avanço da ciência contábil, diz respeito à contabilidade financeira (*i.e.*, das entidades de negócios), em que se destacam os trabalhos seminais da *American Accounting Association (AAA)*, a – *A Statement of Basic Accounting Theory (ASOBAT)* – e do *American Institute of Certified Public Accountants*, a – *Statement of The Accounting Principles Board No. 4 (APB-4)* – as quais, sobretudo, ensejaram perspectivas de discussões acerca da tradicional teoria contábil fundadas em premissas subjacentes, em que o desenvolvimento da contabilidade esteja, sobretudo, sob a égide de postulados e princípios, e que a sua preferência de utilitariedade esteja mais voltada à tomada de decisão dos usuários externos a dos preparados da informação contábil-financeira (*decision-usefulness*).

As diversas contribuições teóricas trazidas por estes estudos encontram-se em voga nos diversos documentos que normatizam a contabilidade em diversos países em âmbito mundial; fundamentalmente, em países em desenvolvimento, os quais segundo Chan (2006)

ainda possuem um sistema contábil deficiente, devido, sobretudo, as suas fracas estruturas político-administrativas. Dentre as principais contribuições, destaca-se a forte influência no desenvolvimento de estruturas conceituais (*Conceptual Framework – CF*) possibilitando o desenvolvimento e aplicação de demais normas contábeis tanto por entidades de negócios quanto por entidades do setor público (*e.g.*, Jones, 1992; Zeff, 1999; Chan, 2006; Jones & Pendlebury, 2010, etc.).

Entendendo que estes dois documentos são um “marco” para o desenvolvimento e avanço da teoria tradicional da contabilidade, o objetivo deste estudo consiste em examinar o discurso teórico da estrutura conceitual do *IPSASB* (2014) à luz das contribuições teóricas fornecidas pela *ASOBAT* (AAA, 1966) e *APB-4* (AICPA, 1970). Ainda que tais trabalhos, desenvolvidos sob a pujança do mercado de capitais, *i.e.*, numa perspectiva econômica da contabilidade de valor (foco no lucro das entidades de negócios), foram fundamentais, *e.g.*, para conceitos elementares que contemporaneamente são aplicados no desenvolvimento prático e teórico da ciência contábil.

Assim, o estudo enseja uma contribuição à literatura contábil, especialmente, à teoria tradicional da contabilidade aplicada ao setor público que ainda é incipiente no que diz respeito a discussões mais filosóficas. Buscando responder por meio da análise do discurso a três questionamentos básicos relativos ao *CF* (IPSASB, 2014), *e.g.*, [análise interna: (1) o que o texto diz? (2) como ele diz?]; e [análise externa: (3) por que este texto diz o que ele diz?].

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 A Statement of Basic Accounting Theory (ASOBAT)**

Um dos trabalhos seminais produzidos pela *American Accounting Association* (AAA) que fora importantíssimo para o avanço da teoria tradicional da contabilidade, diz respeito à monografia intitulada – *A Statement of Basic Accounting Theory*, conhecida pelo acrônimo *ASOBAT*.

A preocupação primária do seu comitê preparador estava na maximização da utilidade das informações produzidas pela contabilidade, *i.e.*, o desenvolvimento de um quadro conceitual que discursasse e enfatizasse a importância dos usuários e suas tomadas de decisão

(*decision-usefulness*) [e.g., Previts, 1984; Sterling, 1967; Zeff, 1999; Coetsee, 2010; Wolk, Dodd, Rozy, 2013; Donleavy, 2015; Baker & Burlaud, 2015, Williams & Ravenscroft, 2015 etc.].

Tendo a utilidade da decisão como o ponto de partida de discussão (debate este atualmente ainda em voga), o comitê preparador da monografia era otimista sobre a possibilidade de ter-se uma única teoria da contabilidade (e.g., Gaffikin, 2005; Coetsee, 2010). Embora, esta visão abrangente fosse laudável, contudo, o documento teorizou bastante, faltando-lhe argumentos persuasivos que justificassem tal fim (e.g., Sterling, 1967; Benston *et al.*, 2007).

Não obstante, a ASOBAT não tinha como objetivo único estabelecer ou normatizar uma teoria geral da contabilidade, todavia, reforçar o discurso de que objetivo da contabilidade deveria estar inclinado à produção de informações financeiras que pudesse alcançar um número maior de usuários possíveis, *i.e.*, aumentar a sua utilidade. Apesar de o próprio comitê tenha reconhecido que para este fim a contabilidade carregasse um limiar, todavia, isto poderia ser alcançado, por meio de informações contábeis que fossem úteis à tomada de decisões, e.g., (a) relevante, (b) verificável; (c) livre de viés; e (d) quantificáveis (AAA, 1966). Destarte, na monografia objetivo geral da Contabilidade fora definido como: “*the process of identifying, measuring, and communicating economic information to permit informed judgments and decisions by users of the information*” (AAA, 1966: 1). Esta definição além ser considerada a mais ampla em relação às demais destacadas noutros documentos, almejava, sobretudo, dois usuários, *viz.*, investidores e credores (e.g., AAA, 1966; Baker & Burlaud, 2015), conquanto, na monografia tenha-se assegurado que o objetivo dos relatórios financeiros estivesse inclinado a esse grupo de usuários, a perspectiva da informação útil, não tinha um limiar, *i.e.*, devendo ser, pois, direcionada, tanto a usuários internos (e.g., gestão da entidade) quanto a externos (e.g., investidores, credores, colaboradores, governo, etc.) (ver AAA, 1966; Donleavy, 2015).

O esforço do comitê preparador da ASOBAT em produzir cinco capítulos direcionados a discussões teóricas da contabilidade permitiu que esta monografia inspirasse diversas discussões posteriores na área contábil, tanto no tocante à produção de novas pesquisas acadêmicas, quanto de documentos técnicos (e.g., normas, pronunciamentos, interpretações etc.). Trata-se, portanto, de um estudo seminal, na medida em que influenciou e impulsionou

profundamente a elaboração de novos projetos de estrutura conceitual contábil tanto para entidades de negócios quanto para entidades sem finalidade lucrativa, *e.g.*, entidades do setor público (Jones, 1992). Neste caso, destaca-se, *e.g.*, a declaração do AICPA, a APB-4, que para alguns críticos carrega grandes influências teóricas da própria ASOBAT.

## 2.2 Statement of the Accounting Principles Board No. 4 (APB-4)

A *Statement of the Accounting Principles Board N° 4* ou APB-4 é um dos documentos que fora publicado pelo Conselho de Princípios Contábeis (*Accounting Principles Board – APB*), órgão do *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)* em 1970. Em 1973, o APB teve suas atividades absorvidas pelo atual *Financial Accounting Standards Board (FASB)*.

A APB-4 emergiu quando a abordagem da Contabilidade por meio de postulados e princípios seguia seu curso, ao passo que as normas contábeis estavam emergindo (Wolk *et al.*, 2013). Na ocasião o APB estava envolvido em um projeto com o objetivo de avançar na melhor descrição dos princípios de contabilidade, bem com aumentar a finalidade e a utilidade das demonstrações financeiras (AICPA, 1970).

A declaração seguiu duas premissas básicas: (1) perspectiva educacional (formulação de conceitos teóricos para o avanço contabilidade); e (2) perspectiva de desenvolvimento (aperfeiçoamento dos serviços de contabilidade, neste caso a contabilidade financeira). Assim, o estudo buscava proporcionar uma base para uma melhor compreensão dos grandes fundamentos da contabilidade financeira, bem como fornecer um prognóstico ao seu desenvolvimento. Tratava-se, pois, de um passo no sentido de desenvolver uma estrutura conceitual consistente em relação à contabilidade financeira, proporcionando informações financeiras que fossem mais úteis à tomada de decisão dos usuários (AICPA, 1970). Visão esta idêntica a ASOBAT, *i.e.*, *decision-usefulness*.

A APB-4 também fora apenas descritivo (*i.e.*, não prescritivo), em que maior parte das ideias identificadas e organizadas em seu escopo já era colocada em prática, *i.e.*, aceita à época de sua emissão. Suas discussões teóricas realizaram-se em três pontos fundamentalmente, *viz.*, (1) natureza da contabilidade financeira; (2) forças ambientais que a influenciam a contabilidade financeira; e (3) potencialidades e limitações da contabilidade

financeira no que diz respeito à divulgação de informações úteis. Até antes à publicação da *APB-4* havia poucas evidências preciosas de que a utilidade da informação deveria ser um objetivo consciente da profissão contábil (Staubus, 1972). Neste sentido, a *APB-4* trouxe conceitos fundamentais de relatos financeiros, manifestando sua opinião sobre um núcleo contábil de princípios aceitos tanto por preparadores quanto por usuários externos à entidade, *i.e.*, *Generally Accepted Accounting Principles (GAAPs)* (Wolk *et al.*, 2013).

Na *APB-4* a contabilidade fora definida como uma atividade de serviço, cuja finalidade está em fornecer informações quantitativas, principalmente de natureza financeira, sobre as entidades de negócios que sejam úteis à tomada de decisões econômicas. Embora, notadamente também tenha ponderado haver um limiar neste alcance, *viz.*, (1) conflitos quanto aos objetivos; (2) influências ambientais; e (3) falta de compreensão completa dos objetivos. Este mesmo discurso fora realizado ao se definir os objetivos das demonstrações financeiras, a fim de alcançar dois tipos de usuários basicamente, *viz.*, (a) com interesses diretos nos negócios da entidade (*e.g.*, investidores, credores, ou potenciais investidores e credores etc.); e (b) com interesses indiretos nos negócios da entidade (*e.g.*, analistas financeiros, sindicatos etc.).

Notoriamente, as contribuições mais relevantes da *APB-4* dizem respeito à exposição dos chamados *GAAPs*'. Basicamente esses *GAAPs*' foram organizados hierarquicamente em três categorias, *viz.*, (a) Princípios de mensuração; (b) Princípios convencionais; e (c) Princípios operacionais (AICPA, 1970: 68-69). Nesta perspectiva os conceitos dispostos na *APB-4* tornaram-na juntamente com a *ASOBAT* um dos principais estudos que impulsionaram o desenvolvimento da teoria contábil, especialmente quanto ao aumento da utilidade da informação contábil-financeira, influenciando, em especial, o desenvolvimento de estruturas conceituais (*Conceptual Frameworks*') (*e.g.*, Zeff, 1999; Jones & Pendlebury, 2010; Williams & Ravenscroft, 2015).

### **2.3 Conceptual Framework Public Sector**

Pode-se afirmar que o atual quadro conceitual do setor público do *IPSASB*, notadamente, tem forte influência norte-americana, sobretudo, pelas contribuições dos trabalhos seminais da *AAA* (1966), por meio da *ASOBAT*; e do *AICPA/FASB* (1970), por meio

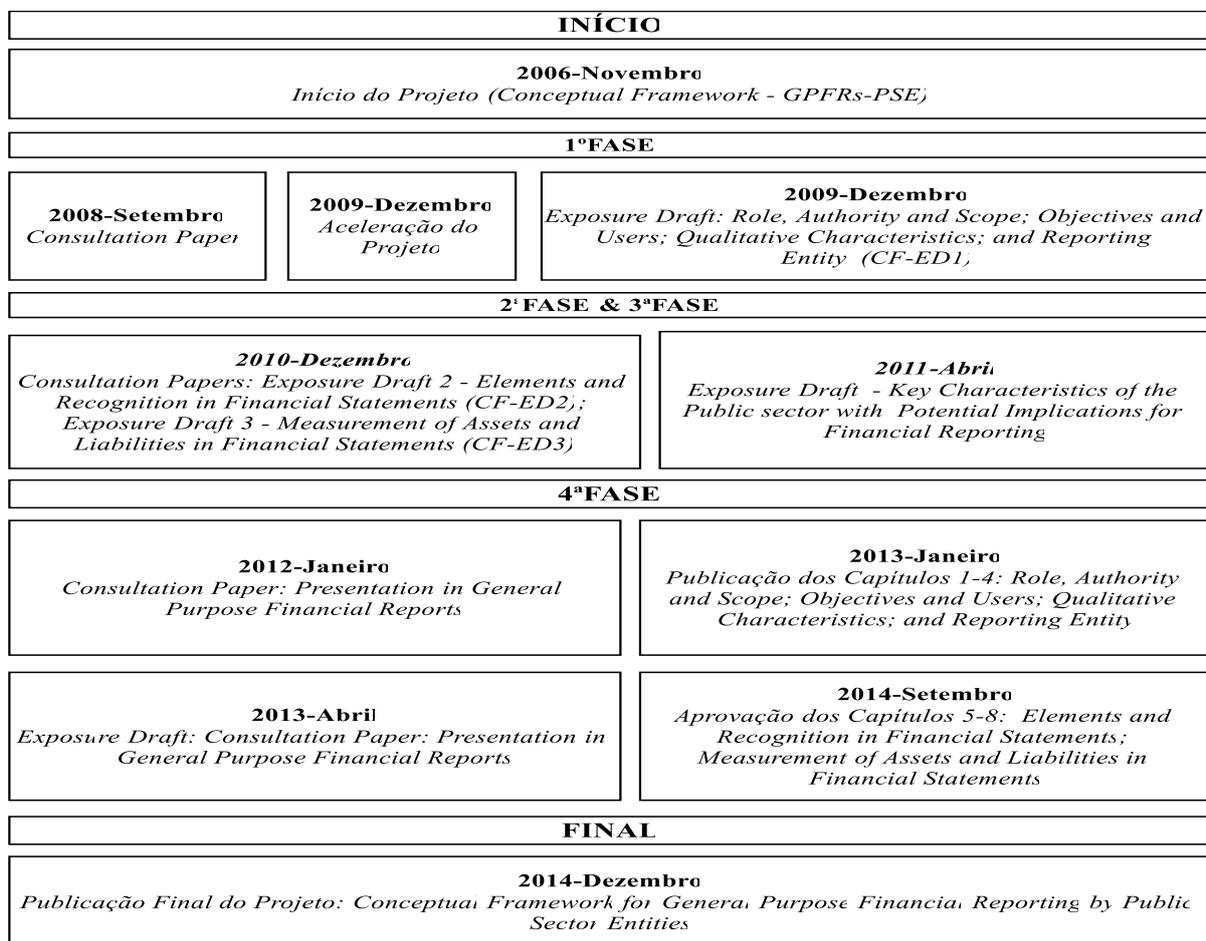
da APB-4 (e.g., Jones, 1992; Xiao & Pan, 1993; Jones & Pendlebury, 2010). Figlewicz *et al.* (1985), e.g., apontam o final de 1800, o início do desenvolvimento da contabilidade governamental nos E.U.A. Não obstante, tanto a AAA quanto o AICPA, mais tarde FASB, buscaram desenvolver estudos que pudessem auxiliar as entidades governamentais a prepararem informações contábil-financeiras úteis.

A AAA criou o *Committee on Accounting in the Public Sector*, cujo objetivo consistiu em desenvolver quadros teóricos e práticos de contabilidade e auditoria que pudessem ser utilizados pelas entidades do setor público (AAA, 1977). Em 1977, o comitê publicou um trabalho, o qual trazia à baila muitos dos conceitos anteriormente apresentados na ASOBAT e APB-4, especialmente no tocante às características qualitativas da informação, viz., (i) relevância, (ii) verificabilidade, (iii) ausência de viés; (iv) quantificabilidade, (v) compreensibilidade, (vi) comparabilidade; e (vii) integridade (AAA, 1977: 47). Adicionalmente, tomando como referência a finalidade da contabilidade determinada na ASOBAT, o comitê definiu que o objetivo da contabilidade no setor público é: “*to provide information on which constituents can base a decision to retain or replace incumbents.*” (AAA, 1977, p. 43).

Em 1981 o *National Council on Governmental Accounting (NCGA)* órgão que precedera o atual *Governmental Accounting Standards Board (GASB)*, publicou um relatório de pesquisa em dois volumes – *Objectives of Accounting and Financial Reporting for Governmental Units* – em que estudara o ambiente dos governos estaduais e municipais dos E.U.A., a fim de identificar possíveis usuários em potencial e a necessidade de informação destes. O estudo definiu dois objetivos básicos da informação contábil-financeira preparadas pelas entidades governamentais: (1) fornecer informações financeiras úteis para tomada de decisões econômicas, políticas e sociais, favorecendo a *accountability* e *stewardship* (avaliação da gestão); e (2) informações úteis para avaliação gerencial e desempenho organizacional. Em 1982, o comitê publicou o estudo em forma de declaração, *Concepts Statement 1*, em que ampliou, sobretudo, o objetivo 2; este republicado em 1987 pelo GASB, *Concepts Statement 1: Objectives of Financial Reporting*; destaca-se que esses estudos são projetos embrionários *a priori* do arcabouço teórico das estruturas conceituais no setor público (ver GASB, 1984; 1987; 2008).

O projeto do *Conceptual Framework* do *IPSASB* teve seu início ao final de 2006. Os trabalhos contaram com a participação de representantes de 13 países, viz., África do Sul, Argentina, Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Israel, Itália, Malásia, Nova Zelândia, Suíça, e Reino Unido.

O *IPSASB* organizou o projeto em quatro grandes fases atuando basicamente sobre: (1) papel, autoridade, escopo, objetivos e usuários dos relatórios financeiros; características qualitativas; e entidade que relata; (2) elementos e reconhecimentos nas demonstrações financeiras; (3) mensuração de ativos e passivos nas demonstrações financeiras; (4) apresentação e divulgação dos relatórios financeiros para propósito geral (ver Figura 1).



**Figura 1.** Histórico do Projeto Conceptual Framework IPSASB (2014)

Fonte: elaboração própria.

Embora, o *IPSASB* já estivesse emitido diversas normas (*IPSAS*) mais de 30, ainda não tinha conseguido elaborar uma estrutura conceitual que pudesse ao mesmo tempo ser uma referência teórica para a aplicação das demais normas emitidas pelo órgão; bem como fazer paralelo aos conceitos que outrora já estavam presentes no *Conceptual Framework* do IASB (aplicável pelas entidades de negócios). Assim, o *CF* do *IPSASB* foi um passo importante a fim de fundamentar um arcabouço teórico de conceitos que também pudesse ser aplicado pelas entidades do setor público na preparação dos seus relatórios financeiros em âmbito mundial. Em que preservou muitos dos conceitos *a priori* da *ASOBAT* e *APB-4*, e do *CF* do IASB, ensejando a discussão de uma teoria contábil única, mesmo com algumas particularidades às entidades governamentais.

### **3 ANÁLISE DO DISCURSO TEÓRICO DO *CONCEPTUAL FRAMEWORK* DO *IPSASB***

O *CF* do *IPSASB* (2014) tem como objetivo estabelecer os conceitos que sustentam a informação financeira de propósito geral acerca das entidades do setor público, em especial, àquelas que aplicam o regime de competência (ou acumulação/*accruals*). Destarte, o *CF* não tem finalidade de anular regulamentos próprios das entidades ou impor obrigatoriamente a aplicação do seu texto. Trata-se, pois, de uma – referência teórica – a fim de auxiliar e orientar os preparadores da informação contábil-financeira (entidades do setor público) no que diz respeito, *e.g.*, aplicação de definições, critérios de reconhecimento, mensuração, etc., além de ser um guia de orientação para aplicação das demais normas (*IPSASs*) (IPSASB, 2014).

O discurso na monografia *ASOBAT* também teve como objetivo apresentar um quadro conceitual que fosse uma referência, uma guia para que os preparadores da informação contábil desenvolvessem relatórios financeiros úteis à tomada de decisões. A partir desta perspectiva, o comitê teorizou um conjunto de conceitos que pudessem explicar e orientar aqueles atores quanto à identificação, reconhecimento, mensuração, e divulgação dos eventos econômico-contábeis (AAA, 1966: 2).

Na declaração *APB-4* o discurso não se distanciou daqueles anteriores. Este ratificou ser essencialmente descritivo, não prescritivo, em que buscou identificar e organizar ideias cuja maior parte já era aceita. Assim, percorreu na direção do desenvolvimento da

contabilidade financeira a fim de proporcionar informações financeiras mais úteis. Fornecera, pois, um quadro conceitual, em que alguns empecilhos da contabilidade financeira na época poderiam ser solucionados à sua luz, apesar de não destacar eventuais soluções, bem como não indicara quais dentre os seus *GAAPs* seria o melhor para este fim (AICPA, 1970: 5).

### 3.1 Objetivos e Usuários dos Relatórios Financeiros para Propósitos Gerais (RFPGs)

No tocante aos objetivos dos RFPGs, o *CF* afirma que consiste em fornecer informações sobre as entidades do setor público que sejam úteis a uma gama de usuários para fins de: *accountability* e tomada de decisão (*decision-usefulness*). Os relatórios financeiros são um meio, e não um fim em si mesmo. Adicionalmente, o objetivo de um relatório financeiro é determinado pelo usuário a quem se relata a informação, *i.e.*, a sua necessidade de informação é um fator importante a ser considerado no relato das informações financeiras (IPSASB, 2014).

A utilidade dos RFPGs (*decision-usefulness*) e a similaridade dos objetivos destes encontram-se tanto na monografia *ASOBAT* quanto na declaração *APB-4*. No *ASOBAT* é afirmado que os relatórios devem ser elaborados de acordo com as necessidades do usuário ao qual a informação financeira destina-se. Doravante, o tomador de decisão deve estar consciente de que a informação recebida é relevante e oportuna; ademais os relatórios divulgados para diferentes fins devem indicar claramente o âmbito da sua utilidade (AAA, 1966: 14).

Por seu turno o *APB-4* propõem que as demonstrações financeiras são o meio pelo qual as informações são processadas e acumuladas a partir dos serviços da contabilidade financeira, sendo relatadas periodicamente a quem tem interesse em utilizá-las. Através do processo de contabilidade financeira, os eventos diversos e complexos das atividades econômicas de uma empresa são acumulados, analisados, quantificados, classificados, registrados, resumidos e relatados, basicamente em demonstrativos contábil-financeiros: (1) posição financeira; (2) alterações na posição financeira [desempenho financeiro], além das notas explicativas como um complemento informacional a estas demonstrações (AICPA, 1970: 10).

Quanto aos usuários dos RFPGs, o *CF* destaca como usuários primários os destinatários dos serviços públicos, *i.e.*, os cidadãos e seus representantes (*e.g.*, parlamentares que atuam no legislativo). Ademais, o *CF* reforça que outros fornecedores de capital também são usuários, *e.g.*, instituições financeiras privadas, órgãos não estatais etc., dos RFPGs. Na *ASOBAT* (1966), embora, se tenha reconhecido haver uma gama de usuários que podem estar interessados nos RFPGs, a monografia deu bastante ênfase aos usuários externos, em que dedicou um capítulo especialmente para tratar das informações contábeis destinadas aos usuários externos à entidade (AAA, 1966: 19-36). Na *APB-4* (1970) são destacados dois grupos de usuários: (1) usuários com interesses diretos: proprietários/investidores, credores, fornecedores, gestão [conselheiros, diretores], governo, empregados e clientes; e (2) usuários com interesses indiretos: analistas financeiros ou econômicos, estatísticos, juristas, órgãos auxiliares do governo, imprensa, sindicatos (AICPA, 1970).

### **3.2 Características Qualitativas da Informação Contábil-Financeira**

No *CF* são destacadas seis características qualitativas da informação contábil-financeira, *viz.*, (1) relevância; (2) representação fidedigna; (3) compreensibilidade; (4) oportunidade; (5) comparabilidade; e (6) verificabilidade [IPSASB, 2014: 27-42]. Na *ASOBAT* mencionam-se quatro, *viz.*, (1) relevância; (2) verificabilidade; (3) ausência de enviesamento; e (4) quantificabilidade [AAA, 1966: 7]; Já na *APB-4* são elencadas sete, *viz.*, (1) relevância; (2) compreensibilidade; (3) verificabilidade; (4) neutralidade; (5) oportunidade; (6) comparabilidade; e (7) integralidade [AICPA, 1970: 36-42].

O *CF* destaca que a – relevância – de uma informação contábil-financeira é alcançada se ela é capaz de fazer a diferença na consecução dos objetivos dos relatos financeiros. Uma informação é capaz de fazer a diferença se ela carrega intrinsecamente valores preditivo e/ou confirmatório ou ambos. Por exemplo, uma informação tem valor preditivo caso seja capaz de ser utilizada como um *input* no sistema de informação contábil a fim de permitir inferências futuras; ao passo que uma informação tem valor confirmatório se ela confirma ou altera as expectativas do passado ou presente, *i.e.*, se permite ratificar ou não inferências que *a priori* foram realizadas (IPSASB 2014: 28-29).

Na *ASOBAT* a relevância é considerada uma premissa primária em que a informação contábil-financeira deve ter o maior nível possível de utilidade a fim de assegurar a correta tomada de decisão dos usuários. Todavia, a relevância não é um elemento unívoco, *i.e.*, existem diferentes graus de utilidade da informação contábil-financeira, logo, existem diferentes graus de relevância a fim de atender diferentes fins (AAA, 1966: 7).

Na *APB-4* conceitualmente, a relevância aparece igualmente aos demais documentos anteriores, *i.e.*, no topo da hierarquia das características qualitativas da informação contábil-financeira. O tratamento da relevância pelo documento muito se assemelha ao discutido pelo *CF* (IPSASB, 2014), em que a seleção de informações contábil-financeiras deve ser um diferencial com a capacidade de influenciar à tomada de decisão dos usuários. Doravante, ao julgar a relevância da informação para propósito geral a atenção dos preparadores deve está voltada as necessidades comuns dos utilizadores, e não a um grupo específico destes (AICPA, 1970: 36).

A respeito da – representação fidedigna – o *CF* aponta que para ter alto nível de utilidade as informações financeiras devem apresentar fielmente o fenômeno econômico dos eventos que as originaram. Notadamente, o discurso mais contemporâneo da representação fidedigna da informação contábil-financeira apresentada no *CF* absorve basicamente os discursos anteriores no tocante às características qualitativas da informação elencadas na *ASOBAT* (AICPA, 1970), *e.g.*, ausência de viés e quantificabilidade; e *APB N° 4* (AICPA, 1970) *e.g.*, neutralidade e integralidade. Neste sentido, complementarmente o *CF* dispõe que a representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é – completa; neutra; e livre de erros (materialmente) – *i.e.*, as informações relativas aos eventos contábeis devem preservar a sua substância econômica a forma jurídica (premissa da essência econômica sobre a forma).

Uma informação é – completa – se ela apresenta todos os elementos intrínsecos ao fenômeno, *i.e.*, todas as descrições e explicações necessárias (IPSASB, 2014). Esse entendimento inclina-se similarmente ao que seria a quantificabilidade (*ASOBAT*) e integralidade (*APB-4*). A – quantificabilidade – diz respeito ao exercício do melhor julgamento quanto à atribuição de valores monetários aos fenômenos, *i.e.*, a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. Já a – integralidade – seria um conceito homônimo de completude, vez que uma informação é completa se ela abarca todos os dados relativos à

transação econômica. Ao discorrer sobre a – neutralidade – o *CF* aponta que um relato neutro deve apresentar fielmente os fenômenos econômicos. A neutralidade busca mitigar, *e.g.*, possíveis manipulações que possam aumentar a probabilidade de a informação contábil-financeira ser recebida por um grupo de usuários de modo a favorecê-los ou desfavorecê-los, *i.e.*, a neutralidade deve auxiliar que informação tenha um alcance comum, e em posse de uma gama de usuários tal informação que fora preparada imparcialmente deve ser capaz de influenciar as diversas decisões destes agentes.

A – ausência de enviesamento – na preparação das informações contábil-financeira definida *a priori* na *ASOBAT* é análoga à neutralidade subentendida como a imparcialidade na preparação da informação. Essa imparcialidade deve ocorrer tanto nas escolhas de políticas contábeis, quanto no limiar de relatos da informação contábil-financeira a fim de evitar favorecimentos a quaisquer tipos de usuários: interno ou externo, ou dos próprios preparadores (AAA, 1966: 7). A declaração *APB-4* ao definir a – neutralidade – afirma que as informações contábil-financeiras devem ser neutras, *i.e.*, deve ser direcionada para as necessidades comuns de usuários, independentemente de presunções, necessidades, desejos etc., de usuários específicos. Esse entendimento aumenta da relevância da informação relatada; neste sentido, os preparadores das informações contábil-financeiras não devem tentar aumentar a utilidade destas para grupos de usuários específicos em detrimento de outros, visto que ambos podem ter interesses opostos (AICPA, 1970: 37).

A – compreensibilidade – é destacada no *CF* como uma das qualidades das informações contábil-financeiras a qual permite os usuários compreenderem estas, de uma forma razoavelmente mais fácil, *i.e.*, os RFPGs de entidades do setor público devem relatar informações em uma linguagem simples, que seja facilmente compreensível por uma ampla gama de usuários independentes. Contudo, se uma informação apresenta um grau mais elevado de entendimento, esta não deve deixar de ser relatada. Para tanto, é sugerido que para àqueles usuários os quais encontrem dificuldades na leitura de uma informação relatada em um RFPG, esses busquem auxílio especializado. Ademais, a compreensibilidade é aumentada quando a informação é relatada de forma clara e concisa, *e.g.*, a comparabilidade pode auxiliar a elevação da compreensibilidade.

Na monografia *ASOBAT* a – compreensibilidade – não aparece como uma característica qualitativa da informação contábil-financeira. Todavia, é considerada uma

diretriz na comunicação da informação pela contabilidade. A abordagem tradicional da comunicação de informações contábeis deve requerer um alto grau de compreensão do processo gerador de informações contábil-financeiras por partes dos usuários. A contabilidade deve buscar, sobretudo, transmitir uma compressão fiel dos fenômenos a simplesmente transmitir palavras e números em relação a estes (AAA, 1966).

Na *APB-4* enfatiza-se que a – compreensibilidade – da informação contábil-financeira é garantida quando os dados relatados nos RFPGs são entendidos por uma gama de usuários. Neste sentido, a compreensibilidade é importante para que a informação contábil seja inteligível, e conseqüentemente útil. Não obstante, embora, deva haver um esforço dos preparadores a fim de fornecer informações razoavelmente inteligíveis, espera-se que destinatários das informações contábil-financeiras tenham um conhecimento mínimo, *e.g.*, sobre as atividades da entidade relatora.

Referente à – oportunidade – no *CF* significa ter determinada informação disponível para os usuários antes que ela possa perder sua capacidade de utilidade para fins de tomada de decisão e *accountability*. Dispor prontamente de uma informação relevante pode melhorar sua utilidade na forma de valor preditiva para avaliar a qualidade da *accountability*, bem como sua capacidade de informar e influencia decisões a serem tomadas; logo, a falta de oportunidade ode gerar informação menos útil.

A *ASOBAT* não trouxera uma definição *lato* de oportunidade. Todavia, na monografia é ratificado que para ser uma informação útil, *i.e.*, ser capaz de influenciar decisões, ela deve estar disponível tempestivamente, atendendo, portanto, um ótimo padrão de relevância (AAA, 1966: 9). Na *APB-4* oportunidade significa tem informações contábeis suficientemente cedo a fim de serem utilizadas para decisões econômicas; informações oportunas podem influenciar a tomada de decisão, *e.g.*, evitar atrasos na decisão (AICPA, 1970: 37-38).

No *CF* a – comparabilidade – é a qualidade da informação que permite aos usuários identificar semelhanças e dissemelhanças, *e.g.*, entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de uma informação individual, todavia, uma qualidade entre a relação de dois ou mais elementos da informação contábil-financeira. Na *ASOBAT* a definição de comparabilidade não é mencionada, embora, declare a importância de informações contábeis que possibilitem a comparabilidade, *e.g.*, o atual desempenho financeiro da entidade ante aos períodos anteriores, bem como ao de outras entidades do seu

seguimento (AAA, 1966). Não obstante, a *APB-4* afirma que a comparabilidade possibilita que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles, comparem as demonstrações financeiras, *e.g.*, período a período; entidade a entidade etc., e não apenas em relação às políticas contábeis utilizadas pela empresa (AICPA, 1970: 38).

No tocante à – verificabilidade – o discurso que se tem no *CF* é que diante de uma informação contábil-financeira relatada, diferentes usuários (experientes e independentes) deveriam chegar a um consenso geral sobre o conteúdo informacional, embora, não necessariamente de um modo absoluto. A verificação pode ainda ser direta, quando é verificado um montante ou outro relato financeiro por meio de observação direta (*e.g.*, contagem de caixa); bem como indireta, consistindo-se em confirmar os dados de entrada, por meio da aplicação de uma mesma metodologia (*e.g.*, fórmula), *e.g.*, a confirmação do valor contábil dos estoques (*i.e.*, quantidade vs. custos).

O discurso da *ASOBAT* seguindo a mesma linha de raciocínio prepondera que para a consecução da – verificabilidade – exige-se que as mesmas medidas ou conclusões fundamentalmente similares devem ser alcançadas por dois ou mais usuários (qualificados) ao analisarem os mesmos dados. Ressalta a monografia que a verificabilidade é importante porque os diversos usuários da informação contábil-financeira notadamente, por vezes, têm interesses opostos (AAA, 1966: 7). A verificabilidade na *APB-4* consiste em fornecer informações que seriam substancialmente entendidas por um amplo conjunto de usuários independentes (*e.g.*, utilizando-se os mesmos métodos de mensuração). Doravante, a utilidade da informação é reforçada se esta é verificável (AICPA, 1970: 37).

### **3.3 Elementos das Demonstrações Financeiras**

O *CF* menciona que os – elementos das demonstrações financeiras (DFs) – são amplos “blocos de construção” que a partir dos mesmos as DFs são elaboradas ou preparadas. Para o entendimento das definições dos elementos das DFs trazidos pelo *CF*, inicialmente destaca-se a definição de recurso. Doravante – recurso – é um item que tem potencial ou possibilidade de gerar serviço ou capacidade de gerar futuros benefícios econômicos. Com efeito, neste caso a forma física não é uma condição necessária de um recurso (*i.e.*, de um elemento ser caracterizado como ativo ou passivo). Já o – potencial de serviço – é a disposição que uma

entidade do setor público tem em prestar serviços que contribui para o alcance dos seus objetivos. Deste modo, a entidade pode ter apenas a competência de produzir um serviço, sem necessariamente, *e.g.*, ter condições de gerar entradas líquidas de caixa. Por seu turno, os – benefícios econômicos – são entradas ou redução em saídas de caixa. Logo, a probabilidade de prestação de serviço e a geração de benefícios econômicos podem surgir diretamente do próprio recurso ou dos direitos de sua utilização.

Na Tabela 1 é apresentado um paralelo das definições entre os três trabalhos.

Tabela 1

**Paralelo da Definição dos Elementos das Demonstrações Financeiras**

| <b>Elemento</b>                              | <b>CF<br/>(IPSASB, 2014)</b>   | <b>ASOBAT<br/>(AAA,<br/>1966)</b> | <b>APB-4<br/>(AICPA, 1970)</b>   |
|--|--|-----------------------------------|--|
| Ativo  | Recurso presente controlado pela entidade como consequência de um evento passado.  | B                                 | Recursos de uma entidade que são reconhecidos e mensurados em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.   |
| Passivo                                      | Obrigação presente da entidade que dá lugar a uma saída de recursos como consequência de um evento passado.                    | B                                 | Obrigações econômicas de uma entidade que são reconhecidos e mensurados em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.  |
| Receitas                                     | Aumentos líquidos na posição financeira da entidade, que não sejam decorrentes de contribuições de propriedade.                | B                                 | Aumento bruto de ativos ou diminuições brutas em passivos reconhecidos e mensurados em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos que podem mudar o Patrimônio Líquido. |
| Despesas                                     | Diminuições líquidas na posição financeira da entidade, que não sejam decréscimos decorrentes de distribuições de propriedade. | B                                 | Diminuição bruta de ativos ou aumentos brutos em passivos reconhecidos e mensurados em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos que podem mudar o Patrimônio Líquido. |
| Patrimônio Líquido                           | A  | B                                 | Interesse residual dos proprietários da entidade (excesso de ativos sobre os passivos).  |
| <i>Superávit/Déficit (ou Lucro/Prejuízo)</i> | Diferença entre as receitas e as despesas relatadas na demonstração do   | B                                 | Excesso de receitas sobre as despesas apresentados na demonstração de desempenho financeiro.   |

---

Fonte: Elaboração a partir do *IPSASB* (2014; 2015); *ASOBAT* (AAA, 1966); e *APB-4* (AICPA, 1970).

O *CF* não traz a definição de patrimônio líquido; contudo, na *IPSAS 1, Presentation of Financial Statements*, (IPSASB, 2015, p. 165) é definido que: Patrimônio Líquido/Capital Próprio é o interesse residual dos ativos da entidade após a dedução dos seus passivos. Na *ASOBAT*, conquanto, a elocução dos elementos é feita diversas vezes, entretanto, não definiu categoricamente cada um deles.

### 3.4 Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

O *CF* define – reconhecimento – como o processo de inclusão às demonstrações financeiras de itens que satisfaçam a definição de um elemento e também os critérios de mensuração que garanta as características qualitativas da informação além da representação fiel dos RFPGs. Dois itens básicos devem satisfazer os critérios de reconhecimento: (1) a definição de um elemento; (2) a capacidade de ser mensurado de uma forma que atinja as características qualitativas considerando as restrições sobre as informações do RFPGs. O reconhecimento envolve ainda a avaliação da incerteza no tocante à existência e à mensuração de um elemento. Logo, as condições que dão origem à incerteza, se houver, devem ser observadas; assim é importante que a incerteza seja avaliada a cada emissão dos RFPGs.

Adicionalmente, o *CF* traz à baila a definição de – desreconhecimento – que consiste no processo de avaliar se ocorreram mudanças desde a data anterior das demonstrações financeiras, garantindo a desincorporação de um item quando da confirmação de tais mudanças. Complementarmente, a avaliação da incerteza deve ser exercitada como no reconhecimento inicial.

Na *ASOBAT* o discurso sobre reconhecimento é realizado univocamente em relação a todos os elementos das demonstrações financeiras e aqueles subjacentes a estes, *e.g.*, estoques, impostos diferidos, imobilizado, intangível, depreciação/amortização, receitas, despesas etc. Deste modo, a monografia não faz uma explicação sucinta analogamente ao *CF* do *IPSASB* (*i.e.*, uma seção exclusiva a discussão do reconhecimento nas DFs), todavia, exemplos, de reconhecimento em seus anexos (ver AAA, 1966).

O discurso da *APB-4* sobre reconhecimento também não é realizado em uma seção exclusiva. Não obstante, a discussão dar-se paralelamente às disposições dos seus *GAAPs*, *e.g.*, princípios de mensuração, princípios convencionais, e princípios operacionais. Ademais, em grande medida a exposição sobre o reconhecimento das receitas e despesas é a mais comum na declaração (ver AICPA, 1970).

### **3.5 Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Financeiras**

De acordo com o *CF* o objetivo da – mensuração – consiste em selecionar as melhores bases de medidas que reflitam o custo dos serviços, capacidade operacional e capacidade financeira das entidades do setor público de uma forma que seja útil à tomada de decisão dos usuários dos RFPGs. A seleção de uma base de mensuração de elementos do ativo ou passivo contribui para o alcance dos objetivos da informação contábil-financeira no setor público, fornecendo informações que possibilitem os usuários avaliar: (1) o custo dos serviços prestados no período em termos históricos ou atuais; (2) capacidade operacional da entidade na prestação de seus serviços em períodos futuros por meio de recursos físicos entre outros; e (3) capacidade financeira da entidade no financiamento de suas atividades.

Notadamente, não é possível identificar uma única base de mensuração que melhor atenda o objetivo da mensuração no nível do *CF*; neste sentido, o pronunciamento não tem como objetivo propor uma única base de mensuração ou a combinação de diversas bases, contudo, uma base de mensuração a qual seja a mais adequada a fim de cumprir o objetivo da mensuração. Destarte, o *CF* propõe para o ativo as seguintes bases de mensuração, *viz.*, custo histórico; valor de mercado; custo de reposição; preço de venda líquido; e valor em uso. Para o passivo, *viz.*, custo histórico; custo realizável; valor de mercado; custo de extinção (análogo ao preço de venda líquido, *i.e.*, refere-se à liquidação ou extinção imediata de uma obrigação); custo hipotético (análogo ao custo de reposição, *i.e.*, refere-se ao montante que a entidade estaria disposta a aceitar em troca de assumir um passivo existente).

Na *ASOBAT* mensuração diz respeito ao processo de medição, *i.e.*, estimativas realizadas a fim de quantificar monetariamente as transações relativas às atividades da entidade (AAA, 1966, p. 69). A principal base de mensuração requerida na monografia é o custo histórico. O comitê defendera as críticas ao fato de o custo histórico de baixo valor

preditivo podendo provocar viés na conjectura informações financeiras futuras. Sua conclusão é que o custo histórico *a priori* tem um alto grau de verificabilidade e quantificabilidade, e o seu viés é dado notadamente a própria dinâmica do mercado, além de possibilitar informações relevantes por registrar tendências de fácil compreensibilidade. Logo, o custo histórico enseja informações contábil-financeiras mais valorizadas aos usuários; doravante, o comitê recomendara a apresentação das DFs com duas colunas enfatizando o custo histórico e o custo corrente.

Na *APB-4* a mensuração tem bastante notoriedade, cujo discurso é reforçado pela observação de princípios gerais de mensuração (*GAAPs*'), viz., (1) registro inicial; (2) determinação do resultado; (3) realização da receita; (4) reconhecimento da despesa; (5) aplicação dos princípios no reconhecimento da despesa; (6) efeito dos princípios no registro inicial, realização, e reconhecimento da despesa; (7) unidade de medida; (8) efeito do princípio da unidade de medida (ver AICPA, 1970, pp. 56-65). Quatro bases de mensuração foram destacadas na *APB-4* (1) custo de aquisição passada (*e.g.*, custo histórico); (2) custo corrente de aquisição (*e.g.*, custo de reposição); (3) custo corrente de venda (*e.g.*, preço de venda líquido); e (4) custo com base em transações futuras (*e.g.*, valor realizável líquido e valor em uso) [ver AICPA, 1970]. Na *APB-4* também foi ressaltado as discussões calorosas sobre os conceitos de mensuração, sobretudo, quanto as discrepantes opiniões sobre as bases de mensuração (AICPA, 1970: 29).

#### **4 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste estudo consistiu em examinar o discurso teórico da estrutura conceitual do *IPSASB* (2014) à luz das contribuições teóricas fornecidas pela *ASOBAT* (AAA, 1966) e *APB-4* (AICPA, 1970). Assim, buscou-se responder a respeito do *CF* (*IPSASB*, 2014), três questionamentos básicos, *e.g.*, (1) o que texto diz? (2) como ele diz?; e (3) por que este texto diz o que ele diz?

Em grande medida por meio da análise do discurso percebe-se que o *CF* do *IPSASB* preserva muitos dos conceitos elencados anteriormente pela *ASOBAT* e *APB-4*. Conceitos esses, cujo propósito quiçá caminhe ao desenvolvimento de uma única tradicional teoria da contabilidade, inclinada, sobretudo, à construção de um arcabouço teórico uno na tentativa de

maximizar a utilidade da decisão dos usuários da informação contábil-financeira. Ideia esta iniciada com a *ASOBAT*, posteriormente reforçada com a *APB-4*, e por fim ratificada nos *conceptual frameworks* tanto do *FASB/GASB* quanto do *IASB/IPSASB*.

O *Conceptual Framework* do *IPSASB* foi publicado em 2014 a partir de um projeto iniciado em 2006 com a participação de 13 países (maioria destes anglo-saxões). O projeto foi concebido em oito capítulos, que além de aspectos introdutórios e definições pontuais sobre, *e.g.*, entidade que relata, elementos das demonstrações financeiras etc., trouxe ainda à baila discussões a respeito das características qualitativas da informação financeira, reconhecimento, mensuração e apresentação dos relatórios financeiros para propósito geral. Discursos estes muito próximos dos conceitos seminais desenvolvidos e posicionados na *ASOBAT* e *APB-4*. Assim, destacam-se alguns dos pontos mais aproximativos dos três documentos, embora, não exaustivos, *e.g.*:

(1) Foco no utilitarismo da informação financeira, *i.e.*, *decision-usefulness*. Ambos os documentos ratificam a importância dos relatórios financeiros a fim de fornecer informações úteis à tomada de decisões, especialmente, econômicas. Não obstante, no contexto do *CF* do setor público pode-se ir além, *e.g.*, decisões políticas, sociais, etc.;

(2) Principais usuários da informação contábil-financeira. Os principais usuários destacados nos documentos dizem respeito aos fornecedores de capital, *e.g.*, investidores e credores. No caso do setor público, o *CF* ratifica, principalmente, os destinatários dos serviços públicos, *i.e.*, os cidadãos;

(3) Alcance da utilidade por meio da relevância e representação fiel. Os estudos seminais e o *CF* da *IPSASB* asseguram que a relevância é a principal característica qualitativa da informação financeira, e está alcançada quando a representação fiel dos fenômenos é relatada, principalmente, quando sob a premissa subjacente da substância econômica sobre a forma;

(4) Estímulo à adoção do regime de competência. A utilização do regime de competência é um elemento importante para o alcance da relevância e representação fiel das informações contábil-financeiras. O regime de competência fortalece a característica da oportunidade ou tempestividade das informações contábeis relatadas, principalmente nas demonstrações da posição financeira e de desempenho financeiro;

(5) Estímulo à adoção do custo histórico. Ambos os documentos não prescrevem o custo histórico como melhor base de mensuração; contudo, recomenda-o pela sua fácil aplicabilidade, permitindo uma melhor compreensibilidade, bem como verificabilidade e quantificabilidade da informação contábil-financeira.

Nesta perspectiva, podemos inferir que a contabilidade financeira é de fato uma referência para o desenvolvimento da contabilidade aplicada ao setor público a fim de fornecer informações mais úteis à tomada de decisões, essencialmente, aos destinatários dos serviços públicos, os cidadãos. Bem como, existe um desejo dos normatizadores, neste caso, *IASB* e *IPSASB* rumo ao desenvolvimento de uma única teoria contábil em que vários dos pensamentos apresentados na *ASOBAT* e *APB-4* são preservados, especialmente, nas estruturas conceituais daqueles órgãos [e.g., o projeto *Conceptual Framework for Financial Reporting (Exposure Draft ED/2015/3)* do *IASB* é bastante próximo em termos de conceitos e estrutura do *CF* do *IPSASB*]. Não diferentemente em relação ao caso norte-americano entre o *FASB* e *GASB*; reforçando, pois, este prognóstico de aproximação entre as duas contabilidades, i.e., privada e pública. É mister ressaltar que na *ASOBAT* e *APB-4* os seus comitês já enxergavam uma única teoria da contabilidade, a primeira, fundamentalmente, com vistas ao *decision-usefulness*, e a segunda aos *GAAPs*'.

Não obstante, mesmo que a contabilidade seja uma ferramenta essencial para fornecer informações contábil-financeiras acerca das entidades do setor público, não resolve, pois, problemas de corrupção, burocracia, desigualdade social, etc., embora, possa contribuir com informações mais úteis acerca dos recursos públicos sob a guarda dos gestores políticos.

Complementarmente, este estudo contribuiu para literatura da teoria contábil trazendo à baila alguns dos estudos seminais que são referência para o desenvolvimento dos conceitos basilares aplicados nos dias atuais tanto em estruturas conceituais quanto em normas contábeis no âmbito das entidades de negócios e das entidades governamentais.

## Referências

AAA. American Accounting Association. (1977). Committee on accounting in the public sector, 1974-76. *The Accounting Review*, Vol. 52, pp. 33-52.

AAA. American Accounting Association. (1966). *A statement of basic accounting theory*. AAA, Florida.

AICPA. The American Institute of Certified Public Accountants. (1970). *Statement of the Accounting Principles Board N° 4: Basic concepts and accounting principles underlying financial statements of business enterprises*. Accounting Principles Board: AICPA.

Baker, C. R., & Burlaud, A. (2015). Accounting theory and the evolution of the conceptual framework for financial reporting. In: *American Accounting Association Annual Meeting*. Recuperado em [https://www2.aaahq.org/AM/display.cfm?Filename=SubID\\_1187.pdf&MIMEType=application%2Fpdf](https://www2.aaahq.org/AM/display.cfm?Filename=SubID_1187.pdf&MIMEType=application%2Fpdf). (acesso em 12/06/2019).

Benston, G. J., Carmichael, D. R., Demski, J. S., Dharan, B. G., Jamal, K., Laux, R., Rajgopal, S., & Vrana, G. (2007). The FASB's conceptual framework for financial reporting: a critical analysis. *Accounting Horizons*, Vol. 21, No. 2, pp. 229-238. DOI:10.2308/acch.2007.21.2.229

Bolívar, M. P. R., & Galera, A. N. (2012). The role of fair value accounting in promoting government accountability. *A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*, Vol. 48, No. 3, pp. 348-386. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2011.00352.x>

Bolívar, M. P. R., & Galera, A. N. (2015). Could fair value accounting be useful, under NPM models, for users of financial information? *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 73, No. 3, pp. 473-502. <https://doi.org/10.1177/0020852307081153>

Brusca, I., Montesinos, V., & Chow, D. S. L. (2013). Legitimizing International public sector accounting standards (IPSAS): the case of Spain. *Public Money & Management*, Vol. 33, No. 6, pp. 437-444. <https://doi.org/10.1080/09540962.2013.836006>

Chan, J. L. (2003). Government accounting: an assessment of theory, purposes and standards. *Public Money & Management*, Vol. 23, No. 1, pp. 13-20. DOI: 10.1111/1467-9302.00336

Chan, J. L. (2006). *IPSAS and government accounting reform in developing countries*. Recuperado em [http://jameslchan.com/papers/D2\\_Chan2006IPSAS&GAFDC.pdf](http://jameslchan.com/papers/D2_Chan2006IPSAS&GAFDC.pdf). (acesso em 23/06/2019).

Christiaens, J., Reyniers, B., & Rollé, C. (2010). Impact of IPSAS on reforming governmental financial information systems: a comparative study. *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 76, No. 3, pp. 537-554. <https://doi.org/10.1177/0020852310372449>

Coetsee, D. (2010). The role of accounting theory in the development of accounting principles. *Mediatar Accountancy Research*, Vol. 18, No. 1, pp. 1-16. <https://doi.org/10.1108/10222529201000001>

Donleavy, G. D. (2015). Usefulness unfulfilled: a performance review of value added statements. *International Journal Critical Accounting*, Vol. 7, No. 4, pp. 315-334. [10.1504/IJCA.2015.072002](https://doi.org/10.1504/IJCA.2015.072002)

Figlewicz, R. E., Anderson, D. T., & Strupeck, C. D. (1985). The evolution and current state of financial accounting concepts and standards in the nonbusiness sector. *The Accounting Historians Journal*, Vol. 2, No. 1, pp. 73-98.

Gaffikin, M. J. R. (2005). Creating a science of accounting: accounting theory to 1970. *Working Papers Series 05/08*. Recuperado em <http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1048&context=accfinwp>. (acesso em em 19/06/2019).

GASB. Governmental Accounting Standards Board. (1984). *Concepts Statement No. 1: Authoritative Status of NCGA Pronouncements and AICPA Industry Audit Guid*. Recuperado em <http://www.gasb.org/>. (acesso em em 7/03/2019).

GASB. Governmental Accounting Standards Board. (1987). *Concepts Statement No. 1: Objectives of Financial Reporting*. Recuperado em <http://www.gasb.org/>. (acesso em em 7/03/2019).

GASB. Governmental Accounting Standards Board. (2008). *Service Efforts and Accomplishments Reporting and Amendment of GASB Concepts Statement No. 2*. Recuperado em <http://www.gasb.org/>. (acesso em em 7/03/2019).

IPSASB. International Public Sector Accounting Standards Board. (2014). *Final Pronouncement: The Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities*. IFAC, 2014. Recuperado em <http://www.ipsasb.org/>. (acesso em em 7/03/2019).

IPSASB. International Public Sector Accounting Standards Board. (2015). *Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements*. IFAC. Recuperado em <http://www.ipsasb.org/>. (acesso em em 7/03/2019).

IPSASB. International Public Sector Accounting Standards Board. (2014). *Project History*. IPSASB.

Jones, R. (1992). Frameworks of accounting for the public sector. *Financial Accountability & Management*, Vol. 8, No. 4, pp. 249-264.

Jones, R., & Pendlebury, M. (2010). *Public sector accounting*. 6<sup>th</sup>. Prentice Hall.

Laswad, F., & Redmayne, N. B. (2015). IPSAS or IFRS as the framework for public sector financial reporting? New Zealand preparers' perspectives. *Australian Accounting Review*, Vol. 25, No. 73, pp. 175-184. <https://doi.org/10.1111/auar.12052>

Previts, G. J. (1984). Frameworks of American financial accounting thought: an historical perspective to 1973. *The Accounting Historians Journal*, Vol. 11, No. 2, pp. 1-17. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.11.2.1>

Staubus, G. J. (1972). An analysis of APB Statement N° 4. *The Journal of Accountancy*, pp. 36-43.

Sterling, R. R. (1967). A statement of basic accounting theory: a review article. *Journal of Accounting Research*, Vol. 5, No. 1, pp. 95-112. <https://doi.org/10.2307/2489988>

Torres, L. (2004). Accounting and accountability: recent developments in government financial information systems. *Public Administration and Development*, No. 24, pp. 447-456. <https://doi.org/10.1002/pad.332>

Williams, P. F., & Ravenscroft, S. P. (2015). Rethinking decision usefulness. *Contemporary Accounting Research*, Vol. 32, No. 2, pp. 763-788. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12083>

Wolk, H. I., Dodd, J. L., & Rozycki, J. J. (2013). *Accounting theory: conceptual issues in a political and economic environment*. 8<sup>th</sup>. SAGE.

Xiao, Z., & Pan, A. (1993). Developing accounting standards on the basis of a conceptual framework by the Chinese government. *The International Journal of Accounting*, Vol. 32, No. 3, pp. 279-299. [https://doi.org/10.1016/S0020-7063\(97\)90012-1](https://doi.org/10.1016/S0020-7063(97)90012-1)

Zeff, S. A. (1999). The evolution of the conceptual framework for business enterprises in the United States. *Accounting Historians Journal*. Vol. 26, N° 2, pp. 89-131. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.26.2.89>